



## Comissão de Legislação e Justiça

### Parecer de 2º turno sobre o Projeto de Lei nº 193/2021

#### Relatório

O Projeto de Lei nº 193/21, que “Dispõe sobre a inclusão de categorias e isenções na taxa de inscrição nas corridas de Rua realizadas no Município de Belo Horizonte”, de autoria dos vereadores Marcos Crispim, Professora Marli, Walter Tosta e Wanderley Porto, vem a esta Comissão de Legislação e Justiça, seguindo os trâmites regimentais, para receber parecer, sob a responsabilidade desta relatoria.

Tendo sido aprovado em 1º turno, retornou à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer sobre as Emendas 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 e subemendas 1, 2 e 3 à emenda 1, apresentadas ao Projeto de Lei 193/2021, nos termos do §4º do art. 128 do Regimento Interno. Designado relator, passo a emitir parecer, na forma do art. 52, I, “a”. do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O projeto dispõem sobre a inclusão das categorias de atletas com deficiência, de crianças e adolescentes, nas corridas de rua realizadas no Município de Belo Horizonte, sendo obrigatória a divulgação dessas categorias nos anúncios dos eventos.

A emenda 1/2021, de autoria da Comissão de legislação e justiça, é um substitutivo do projeto, apresentado em 1º turno pela comissão em seu parecer.

A emenda 2/2021 não foi recebida, motivo pelo qual não será analisada no presente parecer.

As emendas 3/2021, 4/2021 e 5/2021, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, suprimem, respectivamente, os artigos 4º, 6º e 5º do projeto.



A emenda 6/2021, de autoria do Vereador Bráulio Lara, confere nova redação ao artigo 6º do projeto, e possui texto idêntico ao da Subemenda 1/2022 à emenda 1/2021, de autoria do mesmo autor, que confere nova redação ao artigo 4º do substitutivo. Ambas conferem nova redação a artigo do projeto e substitutivo, alterando a previsão de que ficam garantidos aos participantes que usufruírem da isenção o recebimento dos benefícios concedidos aos demais atletas para “o recebimento dos benefícios concedidos para a mesma categoria de inscrição”.

A emenda 7/2021, de autoria do Vereador Bráulio Lara, confere nova redação ao artigo 4º do projeto, e possui texto idêntico ao da Subemenda 2/2022 à emenda 1/2021, de autoria do mesmo autor, que confere nova redação ao artigo 3º do substitutivo. Ambas conferem nova redação a artigo do projeto e substitutivo, para acrescentar que a obrigatoriedade da isenção do pagamento da taxa de inscrição não será aplicada nas corridas que tenham premiação em dinheiro.

A Subemenda 3/2022 à emenda 1/2021, de autoria do Vereador Bráulio Lara, acrescenta o §2º ao art. 1º, determinado que a previsão de que autorização e apoio no fechamento de vias e controle de trânsito não se enquadra como parceria e apoio por parte do Poder público.

Após breve explanação do mérito, passo à análise que é própria desta Comissão de Legislação e Justiça, para verificar a conformidade dos aspectos constitucionais, legais e regimentais das emendas.

### **Da Constitucionalidade**

Também conhecido por controle de constitucionalidade preventivo, esse momento é a oportunidade do Poder Legislativo Municipal analisar a conformidade dos projetos de Lei de acordo com os princípios e preceitos Constitucionais para evitar que uma norma inconstitucional adentre o ordenamento jurídico.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 2º, consagrou o princípio da separação dos poderes, o qual determina:



“Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.”

O princípio da separação dos poderes tem como pilares a independência e harmonia entre legislativo, executivo e judiciário. Sendo assim, cada poder tem a esfera de atuação típica que lhe compete.

Ainda, verifica-se que é competência do ente municipal legislar sobre o tema proposto, conforme dispõe o art. 30, incisos I e II da Constituição da República:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

A emenda 1/2021, de autoria da Comissão de legislação e justiça, confere nova redação integral ao projeto, como forma de sanar vícios de legalidade encontrados, nesse sentido, manifesto por sua constitucionalidade.

As emendas 3, 4 e 5, de autoria do Vereador Nikolas Ferreira, suprimem, respectivamente, os artigos 4, 6 e 5 do projeto, que tratam das isenções nas taxas de inscrição das corridas de rua. Por se tratarem de adequação do texto e por estarem dentro do limite de competência, não vislumbro violação as normas constitucionais.

A emenda 6/2021, a subemenda 1/2022 à Emenda 1/2021, a emenda 7/2021 e a Subemenda 2/2022 à Emenda 1/2021, todas de autoria do Vereador Bráulio Lara, apenas limitam o alcance dos dispositivos a que se referem, respeitada a competência. Nesse sentido não vislumbro inconstitucionalidades

A Subemenda 3/2022 à Emenda 1/2021, de autoria do Vereador Bráulio Lara, ao acrescentar o dispositivo, evita uma interpretação extensiva da conduta do Poder Público para fins de caracterização de apoio ou parceria. Quanto a subemenda, também não vislumbro inconstitucionalidade.

Ante o exposto me que me posiciono pela constitucionalidade das emendas 1, 3, 4, 5, 6 e 7 e subemendas 1, 2 e 3 à emenda 1, apresentadas ao projeto 193/22.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## Da Legalidade

Aqui, a legalidade (stricto sensu) pressupõe a redução e concordância de qualquer regra com as Leis, legitimando os atos da administração pública. Em relação a legalidade do projeto é importante ressaltar alguns pontos.

Quanto a esse ponto, todas as emendas e subemendas apresentadas estão de acordo com o ordenamento jurídico vigente, vez que respeitados os limites de competência e de acordo com a legislação infraconstitucional vigente.

Desta forma, não existindo qualquer óbice do ponto de vista legal e jurídico, manifesto pela legalidade das emendas 1, 3, 4, 5, 6 e 7 e subemendas 1, 2 e 3 à emenda 1, apresentadas ao projeto 193/22.

## Da Regimentalidade

No que tange à regimentalidade das emendas ao Projeto de Lei verifico que foram apresentadas corretamente de acordo com as normas dispostas no Regimento Interno e com a técnica legislativa. Assim, no que diz respeito à regimentalidade não verifico irregularidade capaz de impedir o regular prosseguimento.

## Conclusão

Assim, ante as razões expostas, manifesto pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das Emendas 1, 3, 4, 5, 6 e 7 e subemendas 1, 2 e 3 à emenda 1, apresentadas ao Projeto de Lei 193/2021.

Belo Horizonte, 23 de maio de 2022

GABRIEL SOUSA  
MARQUES DE  
AZEVEDO:0146  
6629622

Assinado de forma digital por  
GABRIEL SOUSA MARQUES DE  
AZEVEDO:0146629622  
DN: cn=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC  
SOLUTI Multiple v5,  
dn=2082851900170, ou=Presencial,  
ou=FeitosCada PF A3, cn=GABRIEL  
SOUSA MARQUES DE  
AZEVEDO:0146629622  
Dados: 2022.05.30 09:14:04 -03'00'

**Vereador Gabriel**

**Relator**

[INÍCIO](#) [TERMOS DE USO](#) [F.A.Q.](#)

---

**RELATÓRIO****▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura aprovado, em conformidade com a MP 2.200-2/2001**

<b>Data de verificação</b>	30/05/2022 09:17:54 BRT
<b>Versão do software</b>	2.8.1
<b>Nome do arquivo</b>	Parecer PL 193-21 (2º turno) CLJ (1).pdf
<b>Resumo SHA256 do arquivo</b>	dab2871a9077c6f49b9bfd934438a3932f96ac7cc3e7d36a c9968fef1b5112b7

▼ Assinatura por CN=GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO:\*\*\*666296\*\*,  
OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla  
v5, O=ICP-Brasil, C=BR

**▼ Informações da assinatura**

<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Em conformidade com o padrão
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Atributos obrigatórios/opcionais</b>	Aprovados
<b>Certificados necessários</b>	Nenhum certificado é necessário
<b>Mensagem de alerta</b>	Atualizações incrementais não verificadas

► Caminho de certificação

► Atributos

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS

Modo escuro ☐



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## PROPOSTA DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI N. 329/2022

### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA

Foi apresentado a esta Casa Legislativa, o Projeto de Lei nº 329/2022 de autoria do Vereador Wilsinho da Tabu, que *"Institui diretrizes para o aprimoramento, a implementação e a operacionalização da logística reversa (responsabilidade pós-consumo) em Belo Horizonte e dá outras providências"*.

Como justificativa, a proposição demonstra que *"A Logística Reversa é pautada na corresponsabilidade da destinação dos resíduos sólidos entre os consumidores, fabricantes, comerciantes e importadores. Segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos é o "conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde destinação final ambientalmente adequada."*

Tendo em mente que a Lei Federal 12.035/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, trouxe uma série de elementos relacionados à logística reversa; Reconhecendo a implantação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Belo Horizonte (PMGIRS-BH); e, com o intuito de se verificar a viabilidade técnica e operacional, proponho que seja o Projeto de Lei 329/2022, baixado em diligência nos termos do art. 86, II do Regimento Interno, ao Gabinete do Prefeito Fuad Noman a fim de que seja informado:

1-) Há no Município a descrição das formas e dos limites da participação do Poder Público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitando o art. 33 da Lei 12.305/2010, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos?

2-) Há no Município a previsão de meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito local, da implementação e operacionalização dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20 da Lei 12.305/2010 e dos sistemas de logística reversa previstos no art. 33 da 12.305/2010?

3-) Existem acordos setoriais firmados entre o Poder Público municipal e o setor empresarial para a implantação da logística reversa proposta pelo PL 329/2022?

4-) Há no Município acordos setoriais e termos de compromisso firmados em âmbito nacional, regional ou estadual?

PROTOCOLIZADO CONFORME  
DELIBERAÇÃO Nº 14/2021  
DATA 30/05/2022  
HORA 14:38:44



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

5-) Existe no Município acordo setorial ou termo de compromisso na forma do §7º do art. 33 da Lei 12.035/2010, mediante a devida remuneração pelo setor empresarial?

6-) Para a implementação de sistemas de logística reversa, conforme art. 35 da Lei 12.035/2010, os consumidores são obrigados a I) acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos gerados e a II) disponibilizar adequadamente os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução. Há essa previsão em nossa legislação municipal?

Belo Horizonte, 30 de maio de 2022.

Assinado de forma digital  
por FERNANDA PEREIRA  
ALTOE:04519898641  
Dados: 2022.05.30  
14:29:29 -03'00'

Vereadora Fernanda Pereira Altoé

NOVO

---

## RELATÓRIO

▼ RELATÓRIO 1 - Arquivo de assinatura **aprovado**, em conformidade com a MP 2.200-2/2001

<b>Data de verificação</b>	30/05/2022 14:43:19 BRT
<b>Versão do software</b>	2.8.1
<b>Nome do arquivo</b>	Pedido de diligência PL 329-2022 (1).pdf aebb3c4f9317f1ec1b39b8e277af
<b>Resumo SHA256 do arquivo</b>	b7975ae197c5b427581d68f09a59155530fd

▼ Assinatura por CN=FERNANDA PEREIRA ALTOE:\*\*\*198986\*\*, OU=Certificado PF A3, OU=Presencial, OU=20828519000170, OU=AC SOLUTI Multipla v5, O=ICP-Brasil, C=BR

▼ Informações da assinatura

<b>Status da assinatura</b>	Aprovado
<b>Caminho de certificação</b>	Aprovado
<b>Estrutura da assinatura</b>	Em conformidade com o padrão
<b>Cifra assimétrica</b>	Aprovada
<b>Resumo criptográfico</b>	Correto
<b>Atributos obrigatórios/opcionais</b>	Aprovados
<b>Certificados necessários</b>	Nenhum certificado é necessário
<b>Mensagem de alerta</b>	Atualizações incrementais não verificadas

▶ Caminho de certificação

▶ Atributos

AVALIE ESTE  
SERVIÇO

EXPANDIR  
ELEMENTOS





## Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 137/21

### Relatório

O Projeto de Lei nº 137/21, que “Acrescenta os arts. 43-C, 43-D, 43-E e 43-F à Lei nº 8.616/03, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte”, de autoria do Vereador Braulio Lara, foi aprovado pelo Plenário com as emendas nºs 1 e 3 e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

### Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo, sem que isso implique prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

Em razão da aprovação da Emenda nº 1, foi suprimido o art. 3º e renumerado o subsequente.

Em virtude da aprovação da Emenda nº 3, foi dada nova redação ao § 1º do art. 43-C proposto pelo art. 1º do projeto de lei. O dispositivo também foi reformulado, visando conferir-lhe maior clareza e precisão.

### Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 137/21.

Belo Horizonte, 23 / 05 / 22

RELATOR

CMBH\_DIRLEG-24/mar/22-11:20:49-005878-1



## PROJETO DE LEI Nº 137/21

Acrescenta os arts. 43-C, 43-D, 43-E e 43-F à Lei nº 8.616/03, que contém o Código de Posturas do Município de Belo Horizonte.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Ficam acrescentados à Lei nº 8.616, de 14 de julho de 2003, os seguintes arts. 43-C, 43-D, 43-E e 43-F:

"Art. 43-C - O responsável pela prestação de serviço que opere com equipamento ou fiação aérea de telecomunicação e energia deve removê-los quando ficarem excedentes, inutilizados ou sem uso.

§ 1º - A remoção do equipamento e da fiação de que trata o *caput* deste artigo pode ser solicitada por pessoa física ou jurídica por meio dos canais de comunicação já existentes no âmbito da administração municipal.

§ 2º - O cumprimento do disposto no *caput* deste artigo ocorrerá sem ônus para os consumidores e para o poder público.

Art. 43-D - O compartilhamento da faixa de ocupação deve ser feito de forma ordenada e uniforme, de modo que a instalação de um ocupante não utilize pontos de fixação e não invada a área destinada a outros, nem o espaço de uso exclusivo das redes de energia elétrica e de iluminação pública.

Parágrafo único - Para os fins deste artigo, considera-se:

I - faixa de ocupação: espaço na infraestrutura da rede de distribuição de energia elétrica onde são definidos pela detentora os pontos de fixação e os dutos subterrâneos destinados exclusivamente ao compartilhamento com agentes do setor de telecomunicações;

II - ocupante: pessoa jurídica possuidora de concessão, autorização ou permissão para explorar serviços de telecomunicações e outros serviços públicos ou de interesse coletivo, prestados pela administração pública ou por empresas particulares que ocupam a infraestrutura disponibilizada pela detentora;

III - detentora: concessionária ou permissionária de energia elétrica que detém, administra ou controla, direta ou indiretamente, uma infraestrutura de rede de distribuição de energia elétrica.



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg

Fl.

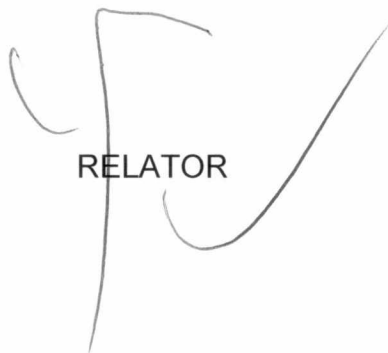
Art. 43-E - Em caso de queda de equipamento ou fiação, o responsável pela prestação do serviço a que se refere o *caput* do art. 43-C desta lei deve promover sua imediata regularização.

Art. 43-F - O descumprimento do disposto nos arts. 43-C e 43-E constitui infração grave, conforme previsto nesta lei, com multa a ser aplicada diariamente."

Art. 2º - O responsável pela prestação de serviço que opere com equipamento ou fiação aérea de telecomunicação e energia terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação desta lei, para se adequar às suas disposições.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 23 / 05 / 22

  
RELATOR

Avulsos distribuídos em

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Aguardando emenda de  
redação final até

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

DIVATO



## Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 189/21

### Relatório

O Projeto de Lei nº 189/21, que “Altera a Lei Municipal nº 10.205, de 17 de junho de 2011, que disciplina a concessão de alvará de funcionamento para estabelecimentos bancários e postos de atendimento bancário e financeiro, no Município, e dá outras providências”, de autoria da vereadora Nely Aquino e dos vereadores Gabriel, Wanderley Porto, Henrique Braga, Marcos Crispim, Jorge Santos e Álvaro Damião, foi aprovado pelo Plenário e retorna a esta comissão para elaboração da redação final.

### Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

### Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 189/21.

Belo Horizonte, 23 / 05 / 22

RELATOR

CHEF\_DIRLEG-24/maj/22-11:20:16-005877-1



PROJETO DE LEI Nº 189/21

Altera a Lei Municipal nº 10.205/11, que “Disciplina a concessão de alvará de funcionamento para estabelecimentos bancários e postos de atendimento bancário e financeiro, no Município, e dá outras providências”.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - O art. 1º da Lei nº 10.205, de 17 de junho de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - A concessão de alvará de funcionamento a estabelecimentos bancários, por parte da Prefeitura de Belo Horizonte, fica condicionada a que as respectivas edificações tenham instaladas, em sua(s) entrada(s), porta de segurança giratória ou similar, com dispositivo de alarme com detector de metais, cabine(s) blindada(s) ou escudo(s), com respectiva segurança e alarme com comunicação com a central da Polícia.

Parágrafo único - O disposto no *caput* deste artigo não se aplica às agências ou estabelecimentos em que não houver movimentação ou guarda de numerário, sendo vedado qualquer serviço de caixa ou recebimento de valores, ressalvados os caixas eletrônicos.”.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 23 / 05 / 22

RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 260/22

### Relatório

O Projeto de Lei nº 260/22, que “Dá o nome de Odette Rita de Oliveira à Rua D, código logradouro 112810”, de autoria do vereador Dr. Célio Frois, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

### Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Entre elas, destaca-se a reformulação da ementa e do art. 1º, em conformidade com os padrões deste Legislativo, a fim de conferir-lhes maior clareza e concisão.

### Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 260/22.

Belo Horizonte, 23 / 05 / 22

RELATOR

CMBH\_DIRLEG-24/maj/22-11:21:15-005879-1



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## PROJETO DE LEI Nº 260/22

Dá o nome de Odette Rita de Oliveira à Rua D,  
no Bairro Vila Aeroporto.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominada Odette Rita de Oliveira a Rua D, código 112810, no  
Bairro Vila Aeroporto.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Belo Horizonte, 23 / 05 / 22

RELATOR

Avulsos distribuídos em ____/____/____
Aguardando emenda de redação final até ____/____/____
_____ DIVATO



**Comissão de Legislação e Justiça**  
**Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 271/22**

**Relatório**

O Projeto de Lei nº 271/22, que “Dá o nome de Otair Antônio do Nascimento à Rua Itahaem, no Bairro Piratininga”, de autoria da vereadora Flávia Borja, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

**Fundamentação**

O texto aprovado foi mantido na íntegra, em razão da inexistência de erro formal ou técnico que justifique alteração.

**Conclusão**

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 271/22.

Belo Horizonte, 24 / 05 / 22

  
RELATOR

CHEF\_DIRLEG-24/mri/22-15:12:50-005892-1





# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

## PROJETO DE LEI Nº 271/22

Dá o nome de Otair Antônio do Nascimento à Rua Itahaem, no Bairro Piratininga.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominada Otair Antônio do Nascimento a Rua Itahaem, código 300434, no Bairro Piratininga.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 24 / 05 / 22

RELATOR

Avulsos distribuídos em

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Aguardando emenda de  
redação final até

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

DIVATO



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.

## Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 296/22

### Relatório

O Projeto de Lei nº 296/22, que "Dá o nome de Jornalista Paulo Heneine à Rua Quatro Mil Duzentos e Vinte e Dois, no Bairro Mantiqueira", de autoria do vereador Léo, foi aprovado conclusivamente por esta comissão e a ela retorna para elaboração da redação final.

### Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos.

### Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 296/22.

Belo Horizonte, 29 / 05 / 22

RELATOR

CMBH\_DIRLEG-24/maj/22-15.12.23-005891-1



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

## PROJETO DE LEI Nº 296/22

Dá o nome de Jornalista Paulo Heneine à Rua 4222, no Bairro Mantiqueira.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica denominada Jornalista Paulo Heneine a Rua 4222, código 311839, no Bairro Mantiqueira.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 24 / 05 / 22

RELATOR

Avulsos distribuídos em

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Aguardando emenda de  
redação final até

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

DIVATO



## Comissão de Legislação e Justiça Parecer de redação final sobre o Projeto de Lei nº 327/22

### Relatório

O Projeto de Lei nº 327/22, que “Declara o ano de 2022 como Ano do Centésimo Décimo Quinto de Nascimento de Oscar Niemeyer”, de autoria do vereador Fernando Luiz, foi aprovado conclusivamente por esta comissão com as emendas nºs 1 e 2 e a ela retorna para elaboração da redação final.

### Fundamentação

Foram promovidas adequações a normas gramaticais, a aspectos da técnica legislativa e a padrões deste Legislativo que não impliquem prejuízo ao conteúdo aprovado ou a seus efeitos. Entre elas, destacam-se:

- a reformulação dos arts. 2º e 5º em razão da aprovação das emendas substitutivas nºs 1 e 2;
- a correção de erro material relativo à denominação da data no art. 1º, sendo verificada a correta referência no art. 2º, na ementa e na justificativa;
- adequações a normas gramaticais e a aspectos da técnica legislativa nos arts. 3º, 4º e 5º, a fim de conferir maior clareza e precisão ao texto legal, em conformidade com o art. 11 da Lei Complementar nº 95/98.

### Conclusão

Feitas essas considerações, submeto à apreciação desta comissão a proposta de redação final do Projeto de Lei nº 327/22.

Belo Horizonte, 27/05/22

  
RELATOR

CMBH\_DIRLEG-30/maj/22-10:54:31-005968-1



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Dirleg	Fl.
--------	-----

## PROJETO DE LEI Nº 327/22

Declara o ano de 2022 como o Ano do Centésimo Décimo Quinto do Nascimento de Oscar Niemeyer.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º - Fica declarado o ano de 2022 como o Ano do Centésimo Décimo Quinto do Nascimento de Oscar Niemeyer.

Art. 2º - As atividades e os eventos do Ano do Centésimo Décimo Quinto do Nascimento de Oscar Niemeyer ocorrerão a partir deste ano.

Art. 3º - Nas celebrações previstas nesta lei, será assegurada a participação da sociedade civil em eventos, exposições e atividades culturais e públicas.

Art. 4º - Todos os projetos que visem exclusivamente à persecução do objeto desta lei devem indicá-la para fins de adesão ao Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac, instituído pela Lei Federal nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991.

Art. 5º - As instituições de ensino superior interessadas em participar das celebrações previstas nesta lei e que se dediquem ao estudo das Artes, do Urbanismo e da Arquitetura poderão realizar exposição de fotos das obras projetadas por Oscar Niemeyer, bem como realizar palestras e visitas guiadas ao Complexo Arquitetônico da Pampulha, à Cidade Administrativa, ao Conjunto Governador Kubitschek e a demais obras projetadas pelo arquiteto situadas na capital mineira.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 27 / 05 / 22

RELATOR

Avulsos distribuídos em

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Aguardando emenda de  
redação final até

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

DIVATO